

HABEAS CORPUS Nº 538.550 - SC (2019/0303625-6)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : ROSANE TEREZINHA ZUCKI
ADVOGADO : ROSANE TEREZINHA ZUCKI - SC0012820
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : SILVIO SANDRI
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EMENTA

HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA E ESTELIONATO. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. *PERICULUM LIBERTATIS*. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CAUTELARES DIVERSAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. ORDEM DENEGADA.

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. São idôneos os motivos apontados para justificar a prisão preventiva do paciente, ao descrever o *modus operandi* empregado pelo agente e seus comparsas, que, em atuação no ramo imobiliário, vendiam apartamentos, sem regularizar os registros na matrícula do imóvel, e sem concluir o projeto. Ainda, alienavam a mesma unidade para mais de uma pessoa. O prejuízo causado às vítimas foi de aproximadamente R\$ 11.188.951,07 – circunstâncias que demonstram a gravidade concreta dos atos supostamente praticados.

3. A custódia provisória também foi decretada para a garantia da aplicação da lei penal, porquanto o réu está foragido.

4. Não se identifica a suscitada ausência de contemporaneidade dos motivos que ensejaram a prisão, visto que os delitos foram praticados em período recente (2015 a 2018) e, conforme ressaltado pelo Tribunal *a quo*, a elucidação dos fatos demandou

extensa e difícil investigação, algo que consumiu considerável tempo da autoridade policial.

5. Embora a defesa afirme que o acusado se apresentou espontaneamente à autoridade policial, oportunidade em que forneceu seu novo endereço e o escrivão que não quis registrá-lo, o *decisum* de primeiro grau, ao contrário, consignou que o réu informou que residia no endereço onde não foi encontrado pelos oficiais de justiça, isso mesmo após ter vendido o referido imóvel. Logo, para afastar essa conclusão, seria necessária ampla dilação probatória, incompatível com a via estreita do habeas corpus.

6. Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, denegar o habeas corpus, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 26 de novembro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**